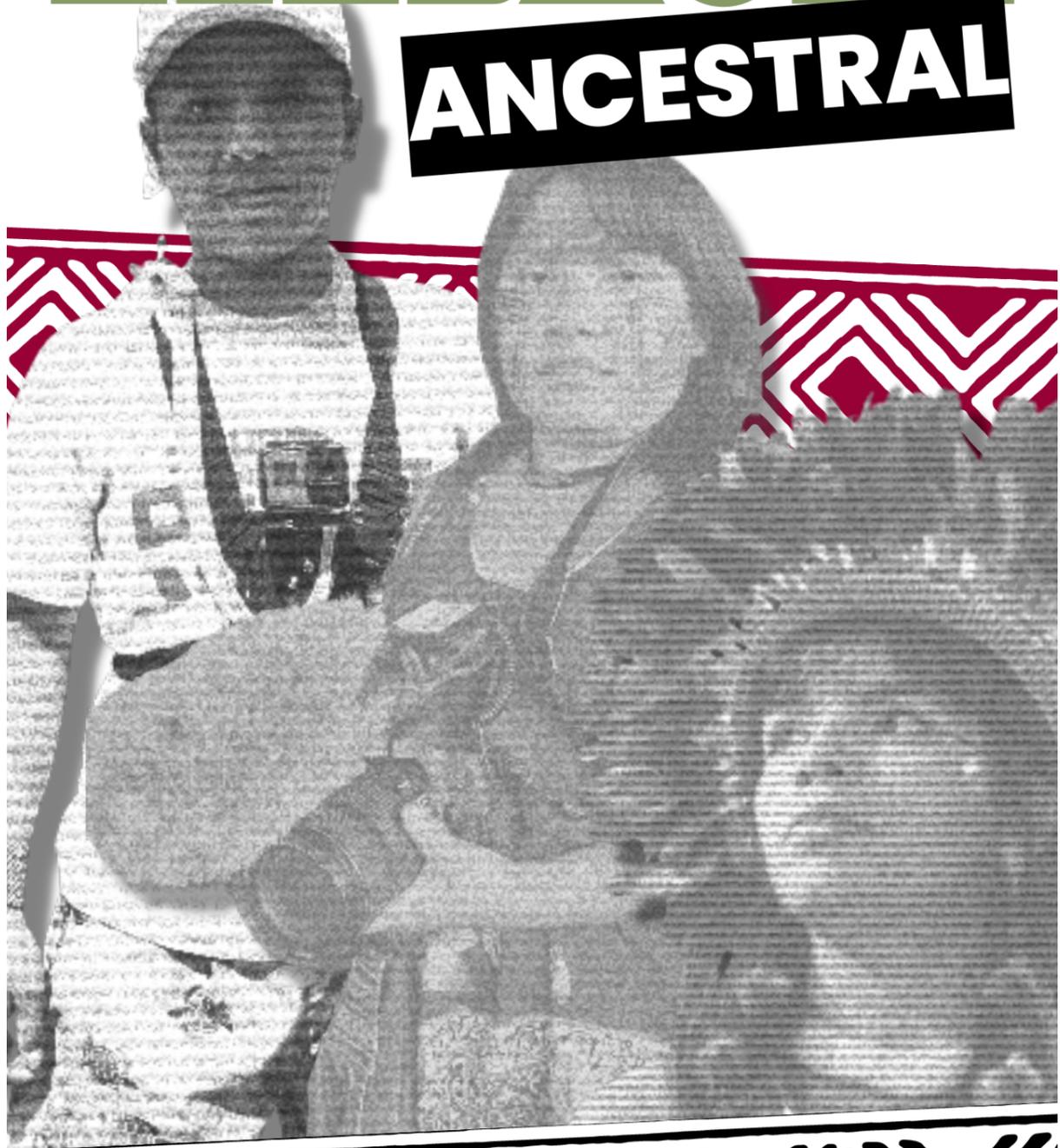


# MENSAGEM

## ANCESTRAL



**WITNESS**  
OLHE FILME  
TRANSFORME

Abya Yala, Janeiro de 2023.

A contundência da mensagem urgente dos povos, em defesa dos seus territórios e justiça climática, é um verdadeiro ensinamento sobre o papel dos meios de comunicação na luta por direitos. Este texto é uma reflexão sobre os aprendizados que tivemos na colaboração com coletivos de comunicação Indígena no Brasil e na América Latina.

Texto, diagramação e arte de capa: **Vito Ribeiro**

Revisão e finalização: **Jéssica Ribeiro**

# MENSAGEM

## ANCESTRAL

a) O que nos ensina a Comunicação Indígena no Brasil em sua estratégia de demarcação das telas - dentro da luta por justiça climática e defesa de territórios? b) Como a prática autonomista de acampamentos de resistência, retomadas, *plantones*<sup>1</sup>, *ollas comunes*<sup>2</sup> nos aproximam em questões de métodos de luta popular? c) Como as noções de cobertura midiática colaborativa e educomunicação popular se desenvolvem como mecanismos do movimento pela democratização da comunicação na região?

**Vito Ribeiro** - documentarista, coordenador da [WITNESS Brasil](#) e fundador da [Bombozila](#)

---

<sup>1</sup> Em português, plantão. Acampamentos de resistência em praças, ruas e porta de prédios públicos. Muito comum para os movimentos do México a instalação de plantones no zócalo (praça principal) da capital.

<sup>2</sup> Prática de organizar mutirões comunitários para cozinhar e oferecer alimento aos vizinhos em bairros periféricos. Acontece em momentos de crise social e levantamentos populares. Recentemente, no Peru, foi uma importante iniciativa de contenção à crise da Covid-19.

O Brasil ainda respira o ar renovado pelas imagens da cerimônia de posse do presidente recém-eleito. As diferenças narrativas dos eventos de posse do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019 e de Lula, agora em 2023, são evidentes, e isso em si é uma mudança simbólica importantíssima para um começo de ano mais leve. Afinal, política também se faz com simbolismos e momentos de respiro.



*O governo Lula começou com diversidade do povo brasileiro subindo a rampa. Foto: Ricardo Stuckert*

O povo que elegeu Lula reconhece a missão de que há um país por reconstruir e essa motivação participativa, empreendida durante a campanha presidencial e representada

nesta foto, há de movimentar as estruturas populares e recuperar direitos sociais que foram suprimidos durante as gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

## **Povos Indígenas no Governo**

Uma das mudanças festejadas foi a criação do Ministério dos Povos Originários, que, chefiado pela liderança da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), Sonia Guajajara, já chegou encampando a revogação de decretos que permitiam mineração ilegal na Amazônia, dentre outros atos que vulnerabilizavam as comunidades Indígenas. Conquista histórica para mostrar a força de intervenção desse Ministério já no primeiro dia de governo Lula.



Ministra Sônia Guajajara ao lado do presidente Lula - Foto: Ricardo Stuckert

Uma clara vitória para os povos Indígenas brasileiros, que nos últimos anos foram duramente atacados em transmissões e pronunciamentos de Jair Bolsonaro, e também atacados por políticas de “passar a boiada” - como disse o ex-ministro do meio ambiente Ricardo Salles - que impulsionaram a atividade criminosa do garimpo, extração de madeira, agronegócio, grilagem, tráfico de drogas, ação de paramilitares - e que, somadas aos impactos da pandemia da Covid-19 e ao desmonte do SUS (Sistema Único de Saúde) e da SESAI (Secretaria de Saúde Indígena), produziram uma verdadeira catástrofe em todos os sentidos.

A gestão Bolsonaro representou um agravamento exponencial nos riscos às comunidades, não só no campo concreto da sua necropolítica<sup>3</sup> - com o sucateamento de órgãos de proteção como a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) - como também na narrativa de ódio e racismo que se tornou a tônica oficial no governo. Seu primeiro ano de governo registrou o maior número de lideranças Indígenas assassinadas em comparação

---

<sup>3</sup> MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

aos últimos 11 anos, segundo [relatório](#) do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

E assim foi com desmatamentos, queimadas, invasões ilegais, assassinato de jornalista internacional, destruição de comunidades, incêndios, ameaças e atentados à bala, crescendo brutalmente debaixo das críticas da sociedade civil brasileira e da comunidade internacional.

Veja [aqui](#) uma retrospectiva de 2022 do ISA (Instituto Socioambiental) para aprofundar sobre retrocessos e resistências na luta dos povos Indígenas no último ano da gestão de Bolsonaro.



Ricardo Salles - Foto: Reprodução EBC

Veja também o [vídeo](#) em que o ex-ministro Ricardo Salles aparece dizendo que o momento de comoção da pandemia era propício para passar a boiada, se referindo a projetos impopulares que, portanto, não receberiam a devida cobertura da imprensa.

## **Mas não foi sem resistência**

Os anos foram marcados por muita luta dos povos

Após a vacinação, as mobilizações Indígenas retomaram a agenda de lutas nas ruas e voltaram a ocupar Brasília em junho de 2021 com o Acampamento Levante Pela Terra.

Em entrevista que fizemos com Sonia Guajajara no acampamento, ela denunciou a gravidade do PL (Projeto de Lei) 490. “O PL 490, se aprovado, vai paralisar os processos de demarcação de Terras Indígenas no país, por que esse PL inviabiliza toda e qualquer demarcação, além de rever territórios já demarcados” (GUAJAJARA, 2021).

Eloy Terena, advogado da APIB e recém-nomeado Secretário Executivo do Ministério dos Povos Originários, também criticou a tese do Marco Temporal em 2021.

“Uma das teses jurídicas que têm passado contra nós é a tese do marco temporal. Essa tese diz que se os povos Indígenas não estavam no dia 5 de outubro de 1988 nas suas terras, a comunidade não tem direito. É uma tese absurda porque sabemos que muitas comunidades não estavam em seus territórios porque foram alvo de expulsão e de esbulho” (TERENA, 2021).



Foto: Vito Ribeiro

Assista a este [vídeo](#) de 2021 sobre o movimento Levante Pela Terra e a posição dos povos Indígenas a respeito dos projetos Marco Temporal e PL 490.

## Acampamentos Indígenas no Distrito Federal - modelo de ação e formação política

Há 18 anos, os povos Indígenas se organizam no Distrito Federal realizando o ATL (Acampamento Terra Livre), momento no qual milhares de representantes dos povos acampam em Brasília para defender e lutar por seus direitos.



Foto: Vito Ribeiro

Essa mobilização anual, que acontece no mês de abril, é um evento propulsor das demandas Indígenas no país. É nesse

momento que suas denúncias e reivindicações são lançadas ao mundo todo por meio da comunicação, da imprensa, das redes sociais, dos celulares e câmeras, que registram cada minuto do ATL e promovem as pautas que vão marcar a luta ao longo do ano.

O último acampamento contou com 8 mil Indígenas, representando mais de 200 povos, de 4 a 14 de abril de 2022, e foi marcado por denúncias contundentes aos ataques do governo federal que empreenderam um massacre contra os povos. Demandas contra a flexibilização na política de armas de Bolsonaro também estiveram presentes, denunciando decretos que colocaram mais armamento nas mãos dos fazendeiros e milícias, efeito que se comprovou com o aumento da letalidade dos conflitos de terra no país. Além de denúncias sobre o sucateamento da saúde Indígena durante a pandemia e, claro, demandas por demarcação de terras.

Foto: Daiene Mendes

As pautas foram difundidas de maneira colaborativa globalmente pela juventude comunicadora e mobilizaram milhões de



peças em torno dos vídeos, transmissões, entrevistas, podcasts, fotos e demais conteúdos. E circularam pelos grandes veículos da mídia nacional e internacional, em uma ação coordenada que colocou a discussão Indígena nos *trend topics*, produzindo pressão social para suas reivindicações.

Esta comunicação - antes, durante e depois do ATL - é o mecanismo pelo qual os movimentos mantêm a chama acesa das lutas em um país de distâncias continentais como o nosso. É fundamental para consolidação de lideranças Indígenas que portam a voz dos movimentos no cenário político e social.

## **O surgimento de Coletivos de Mídia Indígena**

A cada dia surgem mais veículos de comunicação Indígena, apropriando e reinventando as formas de compartilhar ideias e construir novos mundos. “Aldeando” a tecnologia para amplificar suas vozes sem intermediários, fazendo repercutir suas histórias de lutas e glórias por diversos canais e geografias, protagonizando todo o processo de produção da informação - desde criar a distribuir.

E isso também se deve ao espaço formativo do ATL, como instância de capacitação horizontal e colaborativa, que

estimula e orienta o surgimento de novos grupos de comunicação ao longo do ano.

Por meio da coordenação da cobertura midiática dos ATLS, diversos jovens Indígenas melhoram suas capacidades técnicas para atuar com câmeras, celulares, drones e redes sociais. Isso acontece em benefício da luta nacional, mas sobretudo em benefício da visibilidade da luta local de sua comunidade. Um protagonismo tecnológico que é determinante para mapear os conflitos e fortalecer a resistência.



ATL 2022 - Brasília, DF - Foto: Jéssica Ribeiro

“É importante porque a gente tem um olhar para os 305 povos Indígenas com suas 274 línguas e suas culturas específicas. Não coloca todo mundo na mesma caixinha. A gente como

comunicador Indígena tem essa capacidade”, diz a comunicadora Ingrid Sateré-Mawé (2022) [em uma entrevista](#) para a Witness Brasil.

É comum escutar de jovens que seus primeiros passos na mídia se deram em um ATL em Brasília, acompanhando, observando e aprendendo na prática com outros comunicadores Indígenas. E que ao voltarem para suas comunidades, foram criando coletivos de mídia para seguir articulando a narrativa social em seus territórios.

Fernanda M’saw, da APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), [dá uma dica](#) para os futuros comunicadores Indígenas fortalecerem o sentido prático dessa comunicação que se aprende na ação direta: “O ideal é você se soltar e meter a cara. Pegar seu celular, conversar com outros parentes que já trabalham há mais tempo com isso, que aos poucos vai deslançando” (M’SAW, 2022).

A cobertura colaborativa do ATL é uma demonstração de auto-organização e força da mídia independente sem similares em todo o país. E que inspira movimentos na região da América Latina como um todo. Um momento em que coletivos Indígenas coordenam uma ação que envolve dezenas de

grupos de mídia alternativa, do campo e da cidade, e que trabalham juntos em cooperação.

Erisvan Guajajara, coordenador da Mídia Índia, explica que a comunicação colaborativa do ATL é dividida entre fotógrafos, editores de vídeo, designers e assessoria de imprensa que se falam e se organizam durante todos os dias do acampamento.

“A gente está vivendo um momento de muitos retrocessos. Hoje os comunicadores que estão aqui presentes, tanto os Indígenas quanto os não Indígenas, vêm usando essa comunicação como uma ferramenta de luta”, afirma em entrevista para o [blog da WITNESS Brasil](#) (GUAJAJARA, 2022).



Erisvan Guajajara - ATL 2022 - Brasília, DF - Foto: Jéssica Ribeiro

Segundo ele, a cobertura colaborativa é essencial para mostrar o protagonismo dos povos Indígenas e sua árdua resistência. “Ocupando as redes e demarcando as telas”, completa.

Veja o [vídeo](#) da WITNESS Brasil sobre a atuação dos comunicadores Indígenas durante a cobertura colaborativa do ATL 2022.

### **11 perfis de Instagram para se informar direto com os povos Indígenas**

[APIB](#) / [Mídia Índia](#) / [APOINME](#) / [Rede WAYURI](#) / [FOIRN](#) / [Retomada Kaingang](#) / [Mídia Guarani Mbyá](#) / [Coletivo Beture](#) / [COIAB Amazônia](#) / [Coletivo Audiovisual Daje Kapap Eypi](#) / [Coletivo de audiovisual Wakoborun](#)

### **Liderança Juvenil, Educação e Redes Sociais**

Brasília, DF 2021 - Foto: Vito Ribeiro



A rede social é o espaço público de incidência política da juventude Indígena na luta por sua comunidade. E os vídeos de curta duração são sua abordagem estratégica tanto para falar

com o mundo - externamente, como para falar com seu local - internamente.

No Brasil, algumas das principais lideranças Indígenas jovens possuem canais com centenas de milhares de seguidores, produzem conteúdos audiovisuais regulares, participam de campanhas internacionais e têm uma presença constante nas redes das organizações sociais, inclusive comentando e atuando em temas transversais como questões de gênero, feminismos, saúde, educação universitária, soberania alimentar, etc.

Jovens que debatem política para além da audiência nacional, que alcançam outros países da América Latina, e em alguns casos com repercussões globais, como Txai Suruí, de 24 anos, que discursou na COP26 em Glasgow e colocou a questão climática brasileira na discussão global. E tantas outras jovens lideranças que vão ocupando e demarcando as telas e sendo compartilhadas por perfis de artistas e influenciadores com milhões de seguidores, apenas para dimensionarmos o amplo alcance dessas vozes.

Veja esse [vídeo](#) em que Txai Suruí comenta seu discurso na COP26, que representa um importante passo da juventude

Indígena brasileira incidindo na pauta da justiça climática global.

Mas para além da visibilidade das redes sociais, as juventudes Indígenas também seguem os ensinamentos metodológicos da luta de seus ancestrais. E no espaço de encontro, da educação popular, da construção coletiva também se dão as atividades de autoformação que preparam jovens lideranças para tocar a luta em defesa dos territórios.

Foto: Associação Indígena Pariri



Isso se expressa pelos inúmeros encontros de juventudes Indígenas que acontecem em diferentes regiões ao longo do ano. Em julho de 2022, por exemplo,

jovens do povo Munduruku, das comunidades da região média do rio Tapajós no Pará, se reuniram por uma semana na aldeia Sawre Muybu com a Associação Indígena Pariri para

expressar sua preocupação com o futuro de seu território e dos povos originários do Brasil.

Para os jovens reunidos no encontro, um dos principais objetivos é o de reafirmar seu apoio aos líderes tradicionais, que se organizam contra os projetos de genocídio e ecocídio em todo o Brasil.

“Pedimos que os governadores do Brasil tomem medidas urgentes para deter a destruição e proteger efetivamente a vida, a selva, a saúde e o acesso aos alimentos e à água potável”, enfatiza o [documento](#) final do encontro.

Essa juventude identifica claramente os riscos e os impactos das mudanças climáticas que já afetam suas vidas e a construção de seus futuros. Jovens que se levantam para dizer aos organismos do poder que “não haverá decisões sobre eles, sem que eles participem”.

### **Bem Viver e Justiça Climática - Chamado da Terra**

Essa movimentação de jovens que se dá nas aldeias, nos territórios de retomada de terra, nos acampamentos no Distrito Federal, nas coberturas colaborativas, nas redes sociais é a

força de um movimento que cresce e se atualiza na luta por bem viver e por justiça climática.

Um movimento que nos ensina sobre longevidade da luta, sobre resiliência, sobre reinvenção das práticas de (r)existência, sobre produção coletiva de outros mundos possíveis, sobre o papel central da comunicação popular na defesa dos territórios.



Foto: Jéssica Ribeiro

## **Território Abya Yala - fortalecendo conexões**

Assim como os povos Indígenas brasileiros lutam por sua autodeterminação, movimentos Zapatistas do México, Mapuches do Chile e Argentina, Nasas da Colômbia, Wampis

do Peru, Shuar Arutam do Equador - para citar alguns, vivenciam processos similares.



Equador 2019 - Foto: Divulgação de Outras Palavras

Com suas características locais, esses movimentos têm em seu DNA os processos históricos das insurgências Indígenas do continente, dos movimentos da teologia da libertação, da educação popular, das escolas rurais, das rádios comunitárias e mídias alternativas, das rotas de solidariedade, da autonomia e soberania alimentar, dentre outros mecanismos de organização que são próprios da luta na América Latina e cruciais para compreender nossa região.

Como compartilha o uruguaio Raúl Zibechi, "Os movimentos latino-americanos apresentam várias características comuns, que os diferenciam daqueles existentes no Norte. Boa parte dessas semelhanças deriva da territorialização dos movimentos, ou seja, de seu enraizamento por meio de prolongadas lutas, abertas ou subterrâneas" (ZIBECHI, 2022a, p.47).

E complementa: "Os movimentos estão assumindo a educação e a formação de seus integrantes, equipes e dirigentes com critérios pedagógicos próprios frequentemente inspirados na educação popular e nas tradições rurais e Indígenas. Os movimentos têm sido capazes de pôr em pé milhares de escolas, dezenas de centros de educação secundária e universitária" (ZIBECHI, 2022a, p.49).

Silvia Cusicanqui, socióloga aymara da Bolívia, e voz crítica contra o extrativismo e o modelo capitalista de acumulação por meio da violência e do saque, nos compartilha: "O certo é que na década de 70 surgem, em toda a área, vigorosos processos de autoconsciência étnica e se formam organizações que reclamam para si, o direito de gerar suas próprias sistematizações ideológicas e políticas, se afastando do rol de

intermediários, os intelectuais e cientistas sociais das diversas disciplinas” (CUSICANQUI, 2006, p.16, *tradução livre*)<sup>4</sup>.



Chile 2019. Foto: Ellan Lustosa - Jornal A Nova Democracia

América Latina e Caribe formam uma região que vive em regime de constante crise, e por isso é estratégico que os povos produzam sua própria leitura crítica e social, definindo suas ações políticas, organizando seu conhecimento e decolonizando seus métodos de resistência.

## **Rotas de Aprendizagem e Compartilhamento de Saberes**

---

<sup>4</sup> Tradução livre de: Lo cierto es que en la década del 70 surgen en toda el área vigorosos procesos de autoconciencia étnica y se forman organizaciones que reclaman para sí el derecho de generar sus propias sistematizaciones ideológicas y políticas, desplazando del rol de intermediarios a los intelectuales y cientistas sociales de las diversas disciplinas.

O trabalho da WITNESS visa a fortalecer conexões, capacidades e técnicas para que essa comunicação por direitos, e principalmente o audiovisual, seja articulada de maneira eficiente e segura. Fazemos isso por meio de espaços de educação popular em que comunidades Indígenas, quilombolas, camponesas, caiçaras e periféricas possam trocar experiências e fortalecer laços de luta e solidariedade. Experiências de educomunicação podem ser observadas nos registros do encontro [Mutirão Rio 2016](#), que aconteceu no Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos, e no encontro [R2R - Pelo Direito de Filmar](#), que aconteceu em Niterói em 2019.

E em novembro de 2022, organizamos mais um encontro, desta vez chamado de CORAL - Coletivos Reunidos da América Latina, onde juntamos, por uma semana na cidade de Paraty, no Rio de Janeiro, cerca de 20 comunicadores de diferentes partes do Brasil para compartilharem seus saberes. Projeto coordenado pela equipe WITNESS do México, que também organizou simultaneamente um encontro na cidade de Tepoztlán com 40 participantes de diversos países da América Latina.



Encontro Coral - Brasil 2022 - Foto: Divulgação WITNESS

Ambos foram organizados com o mesmo propósito: *criar, incentivar e fortalecer espaços de educação popular em que o audiovisual e as tecnologias da informação possam se desenvolver como ferramentas de luta em defesa dos territórios*. Nossas atividades focaram principalmente na “*formação de formadores*”- o compartilhamento de experiências e práticas da comunicação que possam apoiar os participantes para voltarem às suas comunidades e multiplicar os conhecimentos com seus coletivos.

Também focamos em grupos de trabalho regionais para apoiar o desenvolvimento de projetos em colaboração e ações de solidariedade em longo prazo, criando apontamentos e caminhos para que os grupos possam se organizar em questões de sustentabilidade e mobilização de recursos.

O encontro também deu espaço para conversas sobre o longo processo de formação que a WITNESS vem apoiando desde 2015 na América Latina e Caribe - com o movimento Território Audiovisual - por meio de encontros presenciais, em que grupos podem se encontrar para aprender horizontalmente e fortalecer seus laços de conexão.



México - Caravana Mesoamericana de Medios 2017 - Foto: WITNESS LAC

Assista [aqui](#) a um mini-doc feito pela equipe WITNESS do México que conta a história desses encontros e como os grupos se articulam em rede desde 2015.

Para se aprofundar mais sobre o encontro CORAL no Brasil, leia aqui o [texto](#) de Jéssica Ribeiro sobre o encontro em Paraty.

## O Futuro É Ancestral

As mídias independentes dos povos tradicionais no Brasil e de toda Abya Yala, na selva e na cidade, nos apontam os caminhos para uma comunicação contundente por justiça climática e contra o racismo ambiental.

Vozes que exigem justiça social por meio da autonomia dos territórios e nações, da autodemarcação e recuperação de terras, da paz no sentido real de poder seguir existindo, da preservação dos modos de vida naturais, da proteção das águas e florestas, do ensinamento das memórias comunitárias que protegem o mundo.

Como diz a liderança Indígena brasileira, Ailton Krenak: "Pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim" (KRENAK, 2018, p.13).

## Referências:

- CUSICANQUI, Silvia Rivera. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. In: GOVERNO DA ARGENTINA. Voces Recobradas - Revista de História Oral. Argentina, 2006. Disponível em: <<https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/documents/rho21.pdf>>. Acesso em 8 jan. 2023.
- KRENAK, Ailton. Ideias Para Adiar O Fim do Mundo. São Paulo, Ed. 2018.
- GUAJAJARA, Erisvan. Entrevista concedida a: RIBEIRO, Jéssica. Acampamento Terra Livre: jovens indígenas utilizam a comunicação como ferramenta de luta. Blog da WITNESS Brasil, 30 abr. 2022. Disponível em: <<https://portugues.witness.org/jovens-indigenas-utilizam-a-comunicacao-como-ferramenta-de-luta/>>. Acesso em 12 jan. 2023.
- GUAJAJARA, Sonia. Entrevista: RIBEIRO, Vito. Levante Pela Vida - Video Manifesto. Youtube, 11 out. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uxKsZgJ17vk>>. Acesso em 16 jan. 2023.
- M'SAW, 2022, Fernanda. Entrevista: WITNESS Brasil. Instagram, 19 abr. 2022. Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/CcjXTTCJr\\_5/](https://www.instagram.com/p/CcjXTTCJr_5/)>. Acesso em 11 jan. 2023.
- SATERÉ-MAWÉ, Ingrid. Entrevista: WITNESS Brasil. Instagram, 12 abr. 2022. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CcQvNDnpwLe>>. Acesso em 11 jan. 2023.

- TERENA, Eloy. Entrevista: RIBEIRO, Vito. Levante Pela Vida - Vídeo Manifesto. Youtube, 11 out. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uxKsZgJ17vk>>. Acesso em 13 jan. 2023.
- ZIBECHI, Raúl. Territórios em Rebeldia. São Paulo: Editora Elefante, 2022a

### Sugestão de Leitura:

- ZIBECHI, Raúl. Desigualdades, política e rebeldias na América Latina. Possibilidades e Limites. Aula - IHU - Instituto Humanitas Unisinos - 2022b.
- FRABES, Sara. A 29 años, la celebración del levantamiento zapatista enfatiza a las juventudes. Chiapas: Avispa Mídia, 2022.
- PINTO, Ñaníez. El futuro es ahora: Encuentro de juventudes Munduruku para la defensa del territorio. Brasil, Avispa Mídia, 2022. Disponível em: <<https://avispa.org/el-futuro-es-ahora-encuentro-de-juventudes-munduruku-para-la-defensa-del-territorio/>>. Acesso em 13 jan. 2023.

# MENSAGEM

## ANCESTRAL